

Entrevista com Ìyálórìṣà Marli Ògún Mèjìre, educadora, ativista antirracista, e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ.

Estamos muito gratas por estarmos com esse canal aberto para entrevistá-la. O dossiê desta edição da Revista Hydra possui como título “Do luta à luta: Histórias Indígenas e Afroasiáticas em perspectiva”.

1) Saudações Ìyálórìṣà Marli Ògún Mèjìre Azevedo, é um prazer contar com sua presença no décimo número da revista Hydra. Gostaríamos de começar essa entrevista perguntando quais seria a conexão do Candomblé com a cultura Yorùbá?

Inicialmente quero afirmar que popularmente na Diáspora Brasileira, apelidou-se de Candomblé, termo da cultura Bantu que significa dançar, dança à Religião Tradicional Africana: princípios civilizatórios do povo Yorùbá, que assim o é oficialmente denominada desde 1961, por resolução do congresso de estudos teológicos realizado em Abidjan na Costa do Marfim. Constitui o sistema que forma o conjunto de crenças e práticas culturais e sociais, no qual está inserido o culto a Orunmilá Ifá.

Eu entendo a Natureza, enquanto a nossa casa, que nos dá a vida, nos dá o alimento, e acima de tudo nos ensina relacionarmos com os demais seres de diferentes espécies respeitosamente. É a nossa Mãe, que significa manutenção da nossa vida firme, saudável, equilibrada, solidária que nos proporciona amor.

Somos descendentes da Civilização Nok, onde os remotos antepassados falantes do Yorubá viviam numa vasta e fértil região de floresta, a sudoeste do

curso do rio Niger onde desenvolveram instituições políticas baseadas em laços e tradições familiares, entre o século V ac.

Antes da chegada dos europeus no século XVI, no continente africano, a concepção de organização social possuía três importantes elementos básicos para o povo Yorùbá, a natureza do Estado Político e da Prosperidade, a Sociedade Matrilinear e a Religião.

2) Como seria a relação dos òrìṣás com a natureza?

Para os Povos Yorùbá, o ser humano não será apenas determinismo, na medida em que toma consciência da necessidade de certas ações, ele tem a capacidade de um relativo discernimento crítico desse impulso físico, para não mais submeter-se passivamente aos comandos do determinismo e passa a ser capaz de interagir e administrar os comandos oriundos de sua natureza, ou seja, sua identidade essencial que abrange a consciência e a liberdade.

A dignidade humana consiste na liberdade de poder fazer-se e destinar-se, esta se funda no livre-arbítrio; capacidade de poder escolher e construir sua vida na direção escolhida. A dignidade humana inerente ao humano é também uma conquista a ser cultivada, pois não é algo pronto e acabado. O ser humano encontra-se em formação, caminhando na direção de um horizonte maior, aperfeiçoando-se através de mudanças profundas a partir da consciência das possibilidades e liberdades em construir o aperfeiçoamento da sua existência.

A partir da consciência do contexto no qual estejamos inseridos, vamos nos aperfeiçoando ao longo da nossa existência presente na busca e construção dessa existência honrosa herdada dos nossos antepassados e também sendo referência para os nossos descendentes ao longo do percurso de socialização cultural. A natureza do humano yorubano só se constrói e realiza dentro de

um meio sociocultural, que marca profundamente a ação humana (marcadamente pela ação do seu estatuto ontológico). A cultura direciona a forma de pensar e de ação, na medida em que para ser e agir devemos pertencer a um contexto cultural; ela nos aponta as possibilidades de projeção e realização. O Ser africano sempre se encontra situado em um corpo, em uma cultura, como forma singular de pensamento.

Retomando a posição assumida na pergunta anterior sobre a defesa do Sistema que forma o conjunto de crenças, práticas culturais e sociais que insere necessariamente o Culto a Orúnmilá Ifá, que na Diáspora Brasileira fora denominado folcloricamente como Candomblé e que entendemos enquanto uma fantasmagoria, um conjunto de ideias falsas, que disfarçam a situação real de um grupo oprimido. Já a Religião Tradicional Africana, trata-se na verdade de reorganização de sociedades, de comunidades, de quilombos com vida própria, onde nossa gente, em cada pedaço de terra busca retomar nossas técnicas tradicionais de trabalho, nosso sistema de distribuição e de consumo de bens, nossa organização social, bem como nosso mundo de representação. Nestas sociedades todos os aspectos da experiência dos nossos antepassados são referências que integram o sistema global e coerente de explicação da Existência. Todo o nosso percurso está pautado nos princípios civilizatórios tais como: os dias da semana; os elementos da natureza; as divindades; os vegetais; os animais; e os tipos humanos.

Os òrìṣá são divindades que governam o mundo em nome de Olodúmarè, atuando em diversos níveis da realidade, tais como: no nível cosmológico, representam elementos da natureza de poderes primordiais como o ar, a água, o fogo, a terra, a natureza, a civilização; estão associados a funções sociais ou naturais, como ofícios, caça, justiça, maternidade, guerra; geralmente identificados com ancestrais míticos. São divindades conhecidas como Òrìṣá gerais em número de 16 òrìṣá principais, que enquanto energias

se distinguem umas das outras, no ritual, pelos ornamentos, colares, ferramentas, cores, alimentos, ritmos, cânticos, em suma, pelo conjunto de atributos e características de expressão de sua energia.

3) A sua pesquisa acadêmica na Filosofia da UFRJ debate sobre o Candomblé enquanto filosofia, qual foi sua inspiração para desenvolver esse projeto?

Bem, eu estava participando de uma aula no IFCS, com a filósofa Katiúscia Ribeiro, e o Oluwo Jairo Pereira, sobre Filosofias Africanas. E me ocorreu de encaminhar essa pergunta ao professor Jairo Pereira: "É possível encontrar nas civilizações tradicionais do continente africanos evidências, sinais que possam legitimar, também, a existência de filosofias africanas?" Ele me disse que esta seria a pesquisa que eu deveria fazer na academia. Então, acolhi o aconselhamento de meu agbalagba – mais velho e histórico companheiro de luta do Movimento Negro.

Minha pesquisa tem por finalidade refletir sobre o sentido filosófico dos conceitos originários das sabedorias de tradições africanas existentes nas narrativas dos povos provenientes deste continente e sobre o seu ocultamento como parte não só da estratégia colonizadora, mas também racista. A proposta é, portanto, contribuir para preencher a lacuna e a ausência de pesquisas filosóficas que tenham como objeto de estudo as sabedorias e narrativas existentes para além do eixo europeu.

Minha postura acadêmica na delimitação deste tema é a de lançar um outro olhar em relação às construções do racismo no Brasil e à formação da nação brasileira sobre bases racistas, frente aos ocultamentos culturais e epistemológicos, acelerados pelos processos de banalização no mundo globalizado. Colocamos, assim, em destaque algumas das estratégias e especialidades da construção do mito da democracia racial, denunciando-a como forma de autoengano. A escolha e a trajetória da pesquisa em

questão perfazem uma postura política e filosófica, destacando-se o quanto é recorrente este autoengano quando se trata do Brasil, onde a maior parte de nossa população é constituída por negras, negros, negres e descendentes de escravizados. Este trabalho é o resultado da pesquisa sobre as razões políticas, ideológicas, filosóficas e histórica da construção do racismo no Brasil, na modalidade de racismo religioso. Por assim dizer, a intolerância religiosa e o racismo possuem os mesmos elementos estruturantes do fenômeno social de exclusão do outro – pessoa da filosofia nagô.

4) Poderia dividir conosco como tem sido sua experiência sob a coordenação do “Projeto de Extensão Rodas de Filosofia e Transculturalismo” da UFRJ?

O projeto “Rodas de Filosofia e Transculturalismo”, como o nome já diz, tem como objetivo promover, por meio de rodas filosóficas, no exercício de vivências práticas que são expressas nos signos, sentidos e valores de sabedoria e bem viver das tradições ancestrais de origem africana, um trânsito cultural que propicie novas formas de ver e pensar o mundo. Visa, assim, a promoção e cumprimento das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 nas escolas públicas da região da baixada fluminense, de modo que se ressignifique e amplie o saber dos professores no comprometimento do seu conteúdo e postura disponibilizados em sala de aula, em prol da luta antirracista. Para isso, o projeto conta com a discussão conceitual realizada em conjunto com os monitores, onde se realizam leituras de autores negros que propõem uma “afroperspectiva” de mundo (referenciando Renato Nogueira), e visam reivindicar o cumprimento da Lei Federal 10.639, promulgada em 2003 e da Lei Federal 11.645, promulgada em 2008. De modo concomitante, buscam-se novas epistemes pedagógicas de ensino. Tal alinhamento conceitual também inclui como atividade visitas às comunidades de terreiro de candomblé e quilombolas e aproximação direta

com referenciais das diversas matrizes africanas disponíveis. A equipe do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro “Rodas de Filosofia e Transculturalismo”, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, tem desde sua origem um marcador político e social que nos é muito precioso; buscamos construir um espaço educacional mais democrático e antirracista. Nossa equipe vem realizando desde 2018 uma série de encontros de alinhamento conceitual, com uma equipe multidisciplinar de estudantes de graduação e pós graduação, preparando-se teórica e pedagogicamente para atuar na educação básica das escolas públicas.

Em 2019 fomos convidados a intervir criticamente na Escola Municipal Tiradentes em Magé, no Estado do Rio de Janeiro, sobre as manifestações cotidianas racistas experimentadas na escola. Dentre nossas ações destacamos a ação sociocultural chamada “Rodas Desconhecidas – atividades referenciadas nas culturas e sociedades africanas e afrobrasileiras”. Esse encontro foi de tal ordem revelador e gratificante ao aproximar as ações e objetivos do “Rodas” e as expectativas de construção de uma educação democrática na Educação Básica de Magé, que firmamos parceria institucional, facilitada pelo pioneirismo do município no que diz respeito a aprovação de ações legais visando tirar do papel as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/2008 e levar seus objetivos para o chão das escolas, deliberação da CME 006 criada em 15 de março de 2019. Nosso público-alvo inicial inclui os anos iniciais do fundamental I da comunidade escolar da EM Tiradentes e EM Veronica Maria.

Nossas atividades no município de Magé terão continuidade neste ano de 2021. O convênio com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município foi renovado por um período de dois anos com prorrogação automática de igual período, percorrendo assim, a atual gestão Municipal. Por entendimento das partes de que a construção de uma Política de Educação Antirracista, trata-se de Política de Estado. E para esta nova etapa

foram incorporadas mais cinco Escolas a serem contempladas com as ações do Projeto Rodas de Filosofia e Transculturalismo, ampliando assim para sete escolas atendidas. Ainda no ano de 2020 nosso projeto foi contemplado com a segunda colocação no I Prêmio Aprendizagem Solidária – Experiências que transformam.